

SIMULADO

# CARTÓRIO TJSC



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

# Simulado Especial

## 1º Simulado Cartórios TJSC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Cartórios TJSC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FGV, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJSC-20-06-20>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E  |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E  |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E  |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E  |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E  |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E  |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E  |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E  |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E  |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E  |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E  |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E  |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E  |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E  |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E  |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E  |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E  |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E  |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E  |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**TEORIA GERL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRARIS**

Juliana Chevônica

**01.** Com base na Lei 8.935/1994, marque a alternativa incorreta.

- a) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- b) Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- c) A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros requisitos, da necessidade de diploma de bacharel em direito.
- d) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.
- e) A legislação estadual disporá sobre as normas e os critérios para o concurso de remoção.

**02.** Mario, registrador no Município de Chapecó, pretende concorrer às eleições municipais para vereador nas próximas eleições. A respeito disso:

- a) Mario deve renunciar à delegação antes da candidatura.
- b) Mário pode concorrer, e, caso seja eleito, pode continuar seu trabalho na serventia, desde que em horários compatíveis.
- c) Mario não pode se candidatar por ser registrador, mas poderia se fosse apenas notário.
- d) Mario pode se candidatar e exercer as duas atividades concomitantemente.
- e) Mario pode se candidatar, mas, caso seja eleito, deverá se afastar, designando substituto.

**03.** Nathan mora em Florianópolis, mas está passando férias em Blumenau e decidiu fazer uma escritura pública de doação de um carro para seu tio, que mora em Itapema. Nesse caso, a escritura poderá ser lavrada por notário localizado em:

- a) Apenas em Florianópolis.
- b) Em Blumenau

c) Em Itapema.

d) Em qualquer tabelionato de notas a que Nathan se dirigir, uma vez que notários não estão submetidos ao princípio da territorialidade.

e) Nathan pode chamar qualquer notário de sua confiança em Florianópolis para que vá até ele, em Blumenau, para a elaboração da escritura.

**04.** O TJSC elenca deveres ao delegatário que vão além dos dispostos na Lei 8.935/1994 e se encontram em seu Código de Normas. Assinale o incorreto:

- a) Os atos devem estar redigidos em estilo claro, correto e conciso.
- b) O delegatário deve conferir a identidade, a capacidade e a representação dos interessados nos atos a serem praticados.
- c) Deve aconselhar as partes sobre os atos que pretendem produzir, no tocante à natureza e consequências; mas, se não souber, deve indicar advogado para que o faça.
- d) Utilizar os meios jurídicos mais adequados à obtenção dos fins visados e instruir os integrantes da relação negocial sobre a natureza e as consequências do ato que pretendem produzir;
- e) Deve realizar atendimento prioritário de idoso, portador de necessidade especial, pessoa acompanhada por criança de colo, gestante, lactante e servidor público em diligência oficial.

**05.** Sobre emolumentos, é incorreto afirmar:

- a) Devem estar expostos em tabela, afixados e local visível de fácil leitura.
- b) São fixados pelos Estados e Distrito Federal.
- c) Os delegatários têm direito à percepção integral pelos atos praticados na serventia.
- d) São classificados como tarifa.
- e) O reajuste deve ser feito por lei.

**06.** Não é pena aplicável a notários e registradores:

- a) repreensão
- b) perda da delegação
- c) multa
- d) suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta.
- e) advertência

**07.** Não é forma de extinção da delegação:

- a) Aposentadoria facultativa
- b) Renúncia
- c) Morte
- d) Desmembramento.
- e) Invalidez

**08.** Julgue as assertivas e marque a incorreta.

- a) Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.
- b) Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.
- c) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
- d) O delegatário poderá solicitar ao Tribunal que lhe ceda servidores.
- e) Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

## **REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

Paloma Schwab

**09.** A respeito da escrituração e de acordo com o Código de Normas do Estado de Santa Catarina é correto afirmar:

- a) São os únicos atos passíveis de registro no Livro “E” a emancipação, interdição, ausência, opção de

nacionalidade, o ato civil ocorrido no estrangeiro e a sentença de tomada de decisão apoiada.

- b) A sentença homologatória de adoção ocorrida no exterior deverá ser registrada no livro “A” e a morte presumida deverá ser registrada no livro “C”.
- c) Os registros dos proclamas conterão todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados e serão lavrados no Livro D.
- d) Expedida a certidão de habilitação, que ficará arquivada nos autos da habilitação, o oficial lavrará, no Livro B-Auxiliar, o assento da conversão da união estável em casamento.
- e) O índice do Livro C Auxiliar será organizado pelo nome da mãe.

**10.** Sobre o pedido de conversão de união estável em casamento é correto afirmar, conforme o Código de Normas estadual:

- a) Será dispensável a indicação da data do início da união estável e não caberá ao oficial perquirir acerca do seu prazo, sendo assim, não constará do assento a data do início da união.
- b) Não se faz necessário constar do edital que se trata de conversão de união estável em casamento.
- c) As testemunhas, necessárias para o pedido de conversão, terão como único objetivo a comprovação da união estável do casal.
- d) Expedida a certidão de habilitação e, após a realização da cerimônia, o oficial lavrará, no Livro B, o assento da conversão da união estável em casamento.
- e) A conversão da união estável independerá da superação dos impedimentos legais para o casamento.

11. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado médico/declaração de óbito. A respeito das regras específicas contidas no Código de Normas sobre a declaração de óbito (DO), é incorreto o que se afirma em:

- a) A segunda via da DO ficará arquivada na serventia, em ordem cronológica, com indicação do número do assento.
- b) É vedada a aceitação de fotocópia da DO, ainda que autenticada.
- c) Se houver extravio da segunda via da DO, o oficial exigirá a apresentação de documento munido dos dados contidos na referida declaração, o qual será fornecido e firmado por funcionário devidamente identificado do estabelecimento de saúde ou do serviço médico-legal acompanhado do Boletim de Ocorrência policial.
- d) Além dos elementos previstos em lei, o assento de óbito deverá conter o número da DO.
- e) O óbito deve ser levado a registro no lugar da sua ocorrência ou no local da residência do de cujus mediante apresentação da respectiva declaração (DO).

12. Averbações são atos acessórios modificativos do conteúdo original do assento. Normalmente ocorrem por meio de ordem judicial, a requerimento verbal ou por escrito das partes e/ou por ordem do Ministério Público (artigo 13 L.6.015/1973). Assim, sobre as regras das averbações no estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em:

- a) É permitida a averbação, no assento de nascimento do filho, do patronímico materno ou paterno, em decorrência do casamento ou divórcio, mediante requerimento escrito da parte interessada, acompanhado de documentação comprobatória de ordem legal e autêntica, após autorização do juízo competente.
- b) Os transgêneros, que assim se declararem, maiores e capazes ou emancipados, poderão requerer ao oficial do registro civil das pessoas naturais a alteração do prenome e do sexo no

assento de nascimento, assim, por se tratar de duas alterações serão realizadas duas averbações.

- c) As escrituras de separação e divórcio consensuais e de restabelecimento da sociedade conjugal serão averbadas à margem do assento de casamento, não sendo necessária a indicação da serventia, livro, página e data em que aperfeiçoado o ato.
- d) Enquanto não houver averbação da separação, não se averbará a sua conversão em divórcio no livro de casamento.
- e) O oficial encaminhará a relação dos registros de nascimentos, natimortos, casamentos e óbitos realizadas na serventia ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por sua vez, não é necessário o envio das averbações, das anotações e das retificações realizadas na serventia.

#### TABELIONATO DE NOTAS

Maria Fernanda Dalmaz

13. Maria procurou o Tabelião de Notas de sua cidade, Piçarras/SC, relatando que “passou uma procuração pública para José, mas ele está fazendo besteiras em seu nome”. Ela mostrou ao Tabelião uma cópia da procuração, que havia sido lavrada na cidade de Chapecó/SC e contém os dizeres “irrevogável e irretroatável”, e quer saber o que pode ser feito a respeito. Qual poderia ser uma correta orientação do Tabelião:

- a) Maria deve necessariamente procurar o Tabelião que lavrou a procuração, para que este lavre a revogação da procuração;
- b) Como a procuração foi lavrada em caráter irrevogável e irretroatável, Maria não poderá em hipótese alguma revogá-la administrativamente, devendo buscar a via judicial;
- c) A revogação da procuração poderá ser lavrada pelo Tabelião de Piçarras, ainda que o procurador não compareça para assinar o ato;
- d) A revogação da procuração poderia ser lavrada pelo Tabelião, mas seria ineficaz;
- e) A procuração somente seria desfeita se o procurador renunciasse, viesse a falecer ou houvesse mudança de estado que inabilite Maria a conferir os poderes, ou o José para os exercer.

14. Otávio comparece no Tabelionato de Notas de Balneário Camboriú/SC narrando ter comprado um imóvel urbano, e solicita a lavratura da escritura de compra e venda para que lhe seja transmitida a propriedade. Otávio diz de antemão que tem pressa na escrituração e que dispensa todas as certidões, assumindo o risco de tal dispensa. Sobre a situação, julgue a assertiva e aponte a CORRETA:

- a) O Tabelião não pode dispensar certidões para a lavratura de escritura pública; e portanto, todas devem ser apresentadas, sob pena de falta funcional.
- b) Otávio pode dispensar as certidões de feitos ajuizados e de ações reais e pessoais reipersecutórias.
- c) O tabelião, após orientar o adquirente quanto às consequências da decisão, fará consignar na escritura a dispensa da exibição de certidão relativa a tributo incidente sobre imóvel.
- d) Quaisquer certidões podem ser dispensadas na lavratura de escritura, desde que sejam apresentadas por ocasião do registro imobiliário.
- e) O tabelião exigirá prova dominial daquele que pretende alienar, mas se for apenas impor gravame real ao bem, não há necessidade.

15. Sobre as normas atinentes ao Tabelionato de Notas, analise as assertivas e assinale a **INCORRETA**.

- a) O tabelião de notas poderá praticar atos típicos em qualquer local da circunscrição da serventia pela qual responde, desde que satisfaça todos os requisitos legais e consigne no ato, com máxima precisão, o local no qual a diligência foi realizada.
- b) Pela diligência e, se for o caso, pela condução realizadas, o tabelião fará jus à percepção de emolumentos previstos em lei.
- c) O regime da territorialidade não alcança as providências preparatórias de atos de ofício, então realizadas sem ônus maiores que os emolumentos devidos, ressalvadas as despesas expressamente autorizadas.

d) Na impossibilidade de ser prestado pelo tabelião competente, o serviço poderá ser efetuado por qualquer dos Tabeliões de Notas que atuem, sucessivamente, no município, na comarca e na comarca integrada.

e) A atuação do tabelião deve ser praticada de forma a não comprometer a dignidade e o prestígio das funções exercidas e das instituições notariais e de registro, sendo possível, a publicidade, desde que exercida em caráter individual.

16. Giovana compareceu no Tabelionato de Notas de Florianópolis/SC e solicitou informações acerca de uma compra e venda, por suspeitar que o comprador induziu seu pai, vendedor, em erro. Pediu para ver o livro, e conferir alguns detalhes do ato. O Tabelião verificou no sistema informatizado que realmente havia uma escritura de venda firmada pelo pai de Giovana. Neste caso, o que pode ser feito?

- a) Os atos notariais são públicos, e portanto é dever do Tabelião mostrar as folhas do livro à Giovana, para sua conferência;
- b) Os atos notariais são públicos, de modo que somente as partes interessadas, o Ministério Público ou o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;
- c) Os atos notariais não são públicos, e portanto somente as partes que assinaram o ato, o Ministério Público e o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;
- d) Giovana deve elaborar pedido escrito, em que justifique seu interesse, para obter certidão do ato lavrado;
- e) Ainda que Giovana não fosse filha e não tivesse qualquer interesse no ato, ela poderia solicitar uma certidão da escritura lavrada, dada a publicidade dos atos notariais.

17. Os sistemas informatizados auxiliam os Tabeliães de Notas na organização, eficiência e segurança na lavratura dos atos. Por meio dos sistemas, por exemplo, é possível emitir certidão de atos lavrados em questão de minutos, desde que previamente gravados eletronicamente.

Marque a alternativa que completa INCORRETAMENTE a sentença:

Em Santa Catarina, os sistemas informatizados dos Tabelionatos de Notas devem \_\_\_\_.

- a) possibilitar o cadastro de todas as pessoas que figurem nas autenticações de documentos físicos
- b) vincular o selo de fiscalização ao ato praticado;
- c) assegurar a correta aplicação do selo de fiscalização, de acordo com o tipo de ato praticado;
- d) receber de forma automática os lotes de Selo de Fiscalização;
- e) possibilitar a emissão de recibo e armazenamento da respectiva via.

18. Wellington comparece no Tabelionato de Notas, da cidade onde trabalha, que é vizinha à da sua residência, e narra que se sente incomodado com as “fake news” envolvendo seu nome, em especial de um determinado site de notícias; ele narra que as notícias são “inverídicas, difamatórias, repugnantes”. Ele comenta que seu advogado lhe orientou a “registrar” em Cartório a sua insatisfação para fins de ajuizar uma demanda em face do autor das “fake news” Você é o Tabelião que o atende. Qual seria sua correta orientação?

- a) Wellington deve procurar o Tabelionato de Notas de sua residência, na medida em que o Provimento 65 do CNJ impõe a territorialidade para atas notariais.
- b) A ata notarial poderá ser lavrada, podendo a constatação ser realizada por meio do computador da serventia.
- c) A ata notarial pode ser lavrada, com a menção, em seu corpo, de que as notícias são inverídicas, difamatórias, repugnantes, o que irá constituir prova ao processo judicial.

d) O caso não comporta ata notarial, devendo a prova ser produzida em juízo por se referir às famosas “fake news”.

e) A ata notarial se limita à narrativa objetiva dos fatos, não podendo no entanto conter imagens, pois os atos devem ser sempre lavrados em idioma nacional, nos caracteres comuns.

### **TABELIONATO DE PROTESTOS**

**Adriano Alvares**

19. Carlos apresentou documento para protesto contra Agnaldo. Após a qualificação e expedição de intimação pelo competente Tabelião de Protestos, Agnaldo conseguiu através de seus advogados uma medida judicial de sustação do protesto, no segundo dia do prazo para pagamento. Diante deste contexto assinale a alternativa correta:

- a) A medida não terá respaldo, pois emanada em lapso temporal diverso do estipulado pela legislação.
- b) Sustado o protesto, o documento apresentado deverá ser enviado ao juízo que emanou a decisão liminar.
- c) Carlos e Agnaldo podem firmar acordo extrajudicial para determinar a liberação, retirada e devolução do documento a ser protestado.
- d) Havendo necessidade de esclarecimento por Carlos, após o juízo revogar a ordem de sustação, o protesto somente será tirado em até um dia útil seguinte ao esclarecimento ofertado por Carlos, independentemente de nova intimação de Agnaldo, bem como de nova distribuição.
- e) Agnaldo será intimado pelo Tabelião sobre o mandado de revogação da ordem de sustação de protesto, caso em que será o protesto tirado em até um dia útil seguinte a efetivação da intimação.

20. Analise as assertivas sobre o procedimento de cancelamento de Protesto segundo as normas de serviço do TJSC, sendo que será efetivado o cancelamento com a:

- I - apresentação do documento de dívida protestado, cuja cópia ficará arquivada na serventia.
- II - apresentação da declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor originário e/ou por endossatário mandatário.
- III - apresentação do instrumento de protesto.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.
- e) Somente I e III.

21. Sobre a Lei de Protestos e o Código de Normas do TJSC, verifique as afirmações abaixo:

- ( ) Quando o apresentante escolher pela intimação de três devedores solidários, o tríduo legal será contado da última intimação efetivada.
- ( ) O protesto de cheque sem fundos de conta conjunta poderá ser efetivado e apontado pelo apresentante, sobre ambos os titulares da conta.
- ( ) Tanto o termo de protesto para fins falimentares quanto o comum terão os mesmos elementos.
- ( ) O título ou o documento de dívida serão apresentados no original, sem rasura ou emenda modificadora de suas características, facultada a atualização do endereço no verso ou em documento anexo.
- ( ) O locatário ficou devendo a 12ª prestação do contrato. O locador levou o contrato a protesto, sendo que no tríduo, o locatário honrou a dívida com as demais despesas e encargos. O tabelionato de protestos deu quitação da prestação, devolvendo ao locador o valor que lhe era pertinente, bem como entregou o instrumento de locação, uma vez que

ainda não havia terminado o lapso locatício, com outras prestações vincendas.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - F - F - V
- b) V - F - V - V - V
- c) F - V - V - V - F
- d) V - F - F - F - V
- e) F - V - V - F - F

### REGISTRO DE IMÓVEIS

Débora Cavalcante

22. No registro de imóveis não será feito o registro:

- a) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;
- b) da cédula de crédito rural;
- c) dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;
- d) dos loteamentos urbanos e rurais;
- e) da alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel.

23. Com relação ao procedimento de dúvida no registro de imóveis, assinale a afirmativa correta.

- a) A decisão da dúvida tem natureza judicial.
- b) A participação do representante do Ministério Público é dispensada, na qualidade de fiscal da lei.
- c) Se o interessado não impugnar a dúvida no prazo de 15 dias, será ela, ainda assim, julgada por sentença.
- d) Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, somente o interessado e o Ministério Público.
- e) A decisão final que extingue o processo de dúvida impede o uso do processo contencioso correspondente.



24. A respeito do procedimento de retificação de área realizado no registro de imóveis, é incorreto afirmar que:

- a) Se a planta não contiver a assinatura de algum confrontante, o procedimento deverá ser arquivado pelo Oficial de Registro de Imóveis;
- b) Havendo impugnação e se as partes não tiverem formalizado transação amigável para solucioná-la, o oficial remeterá o processo ao juiz competente.
- c) Ocorrerá no caso de inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte, ou não, alteração de área;
- d) Junto ao requerimento do interessado deve ser apresentado ao Oficial do Registro de Imóveis planta e memorial descritivo assinado pelos confrontantes e por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.
- e) Independe de retificação a averbação do auto de demarcação urbanística.

25. Sobre os Livros e processo de registro no Registro de Imóveis, assinale a opção correta.

- a) O Livro nº 2, denominado Protocolo, deverá ser encerrado diariamente ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.
- b) O título judicial não será submetido à qualificação formal.
- c) Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Realizada a qualificação registral, havendo exigência a ser satisfeita pelo interessado, o oficial indicá-la-á de forma verbal ou por escrito.
- e) Será de 15 (quinze) dias o prazo para qualificação do título.

26. Nos registros decorrentes de processo de parcelamento do solo ou de incorporação imobiliária, o registrador deverá fornecer o número do registro ao interessado ou a indicação das pendências a serem satisfeitas no prazo máximo de:

- a) 30 (trinta) dias;
- b) 20 (vinte) dias;

- c) 10 (dez) dias úteis;
- d) 15 (quinze) dias;
- e) 8 (oito) dias.

### **REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS**

**Gustavo Arruda**

27. No registro de títulos e documentos, o Oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais. Se houver suspeita de falsificação:

- a) o Oficial não poderá sobrestar no registro, que será feito por insistência do interessado.
- b) o Oficial não poderá sobrestar no registro, mas deverá notificar o apresentante e suscitar dúvida.
- c) o Oficial deverá encaminhar peças ao Ministério Público, para que apure a responsabilidade criminal do apresentante.
- d) o Oficial poderá sobrestar no registro e notificar o apresentante. Se este insistir, o registro será feito, podendo ser suscitada dúvida ou intimado o signatário para assistir ao registro.
- e) o Oficial poderá sobrestar no registro e notificar o apresentante. Se este insistir, o registro não será feito, mas será suscitada dúvida, situação em que o interessado será intimado para se manifestar no prazo legal.

28. No registro de títulos e documentos:

- a) a responsabilidade do Oficial abrange danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação, quando houver vício intrínseco ou extrínseco do título, se o Oficial agir com dolo.
- b) o Oficial responde por culpa com relação aos vícios intrínsecos do negócio jurídico registrado.
- c) o Oficial não responde pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por vício intrínseco ou extrínseco do documento.
- d) o Oficial não responde pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por vício intrínseco ou extrínseco do documento, nem mesmo em caso de má-fé.

e) a responsabilidade do Oficial abrange os danos decorrentes da anulação do registro, mas não os da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, em especial pelos erros ou vícios no processo de registro.

**29. Notificação extrajudicial:**

a) protocolado o requerimento, título, documento ou papel no RTD, o Oficial simplesmente notificará o terceiro, devolvendo o requerimento, título, documento ou papel com a certidão do ato praticado, sem que seja necessário qualquer registro ou averbação.

b) nenhuma outra serventia extrajudicial além do RTD pode praticar atos de notificação inerentes aos procedimentos que conduzirem.

c) trata-se, na verdade, de notificação do registro ou da averbação praticados no RTD, dos interessados que figurarem no título, documento ou papel apresentado, e de quaisquer terceiros que sejam indicados pelo requerente.

d) em juízo de qualificação, o Oficial de RTD verificará se a parte a ser notificada consta do título, documento ou papel apresentado, negando a prática do ato quando se tratar de terceiro sem interesse jurídico na questão.

e) é um serviço afeto ao tabelião de notas, constituindo modalidade de ata notarial, na medida em que certifica existência e o modo de existir de algum fato, no caso a própria entrega da comunicação, nos termos do art. 384 do Código de Processo Civil.

**30. Não serão matriculados no RCPJ:**

a) os jornais e demais publicações periódicas;

b) as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

c) as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

d) as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias;

e) as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública

## **NORMAS ESTADUAIS**

**Tiago Zanolla**

**31.** A Lei Complementar Estadual n. 339/2006 regula a Divisão e a Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina.

Em especial, a lei dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado da primeira instância.

Acerca da organização, não é órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

a) Tribunal de Justiça

b) Conselho da Magistratura

c) Juízes de Paz

d) Tribunal do Júri

e) Juízes de Direito

**32.** Quantos Desembargadores compõem o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina?

a) 18 Desembargadores.

b) 40 Desembargadores.

c) 67 Desembargadores.

d) 94 Desembargadores.

e) 120 Desembargadores.

**33.** A Justiça de Paz, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos, remunerados na forma da lei, tem competência para verificar, de ofício ou em face de impugnação, o processo de habilitação de casamento, celebrar casamentos civis e exercer atribuições conciliatórias e outras, exceto quanto a matéria criminal, especificadas em resolução do Tribunal de Justiça ou previstas em legislação, sem caráter jurisdicional.

Havendo irregularidade no processo de habilitação,

a) o Juiz de Paz o submeterá ao Juiz de Direito competente.

b) o Juiz de Paz o decidirá de forma extrajudicial.

c) o Juiz de Paz decidirá em única instância administrativa.

d) o Juiz de Paz o submeterá ao Corregedor-Geral da Justiça.

e) o Juiz de Paz o submeterá ao Titular do Cartório do Registro Civil

**34.** Segundo a Lei Complementar Estadual n. 339/2006 regula a Divisão e a Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina.

Segundo o normativo, Distrito é

- a) unidade de divisão judiciária autônoma, sede de Juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em Varas;
- b) subdivisão territorial da Comarca
- c) unidade de divisão judiciária com competência territorial específica, vinculada administrativamente à Comarca
- d) todo município que não seja sede de Comarca.
- e) conjunto das Subseções Judiciárias;

**35.** As Subseções e as Regiões Judiciárias, submetidas administrativa e financeiramente aos órgãos superiores do Tribunal de Justiça, serão constituídas visando

- a) à descentralização das atividades administrativas.
- b) à centralização das atividades administrativas.
- c) à aglutinação das atividades administrativas.
- d) à desconcentração das atividades administrativas.
- e) à conjunção o das atividades administrativas.

**36.** As Comarcas são classificadas em

- a) quatro entrâncias: inicial, intermediária, final e especial.
- b) três entrâncias: inicial, final e especial.
- c) três entrâncias: inicial, intermediária e final.
- d) três entrâncias: primeira, segunda e terceira.
- e) quatro entrâncias: primeira, segunda, terceira e especial.

## DIREITO CIVIL

**Paulo Sousa**

**37.** Mariana mora com seu cachorrinho de estimação em uma vila de casas geminadas, onde vem disputando com seu vizinho parte do quintal compartilhado por ambos. O vizinho, contudo, ameaçou a integridade de seu animal de estimação para que ela assinasse um termo em que renunciava aos direitos sobre o quintal inicialmente compartilhado.

Diante disso, o referido termo é:

- a) nulo, em razão do objeto ilícito;
- b) nulo, em razão da ausência de vontade;
- c) anulável, em razão de estado de perigo;
- d) anulável, em razão de coação;
- e) anulável, em razão de dolo.

**38.** Quanto à previsão normativa acerca do domicílio, assinale a afirmativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência, desconsiderando-se a presença de ânimo definitivo.
- b) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) Se a pessoa exercer sua profissão em mais de um local, apenas um destes constituirá domicílio para todas as relações correspondentes.
- d) Ter-se-á em relação à pessoa natural que não tenha residência habitual, a ausência de domicílio, independentemente do local onde possa ser encontrada.
- e) A mudança de domicílio decorre da mudança de residência, independente da intenção manifesta do domiciliado em mudar.

**39.** Sarah dirigia um automóvel acompanhada de seu marido, Winter, quando colidiram frontalmente com um ônibus. Em razão da demora na chegada do socorro médico, ambos faleceram antes mesmo de serem encaminhados ao hospital.

Sobre a situação apresentada, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve-se considerar que houve a morte presumida de ambos.
- b) Será necessária a decretação de ausência de Sarah e Winter.
- c) Como ambos morreram em razão do mesmo acidente, para fins testamentários, presume-se que Sarah faleceu primeiro.
- d) Diante do falecimento em uma mesma ocasião, ocorre a comoriência.
- e) Não há qualquer previsão no ordenamento brasileiro disponha quanto à morte simultânea.

**40.** Sobre a teoria geral do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

I - O protesto cambial é causa suficiente para a interrupção da prescrição da pretensão creditícia.

II - Salvo exceções, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

III - É vedada, sob qualquer hipótese, a disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, após o respectivo falecimento.

IV - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, II e IV.

**41.** Acerca do negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.

- a) O Código Civil apresenta os requisitos do negócio jurídico, dentre os quais é incluída a causa.
- b) O falso motivo em um contrato será, em regra, irrelevante para a perfeição do negócio jurídico.
- c) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- d) Se a lesão ficar caracterizada em um negócio jurídico, não poderá o juiz reconhecer a sanatória do ato.
- e) O silêncio não significa, em hipótese nenhuma, anuência da parte, pois conforme preconiza o direito civil, quem cala não consente.

**42.** Ludmilla, solteira e desimpedida, mãe de três filhas maiores e também solteiras, estabelece união homoafetiva com Anitta, abstendo-se, contudo, de regulamentar a referida relação por escrito. Ao longo do período de convivência, Ludmilla adquiriu uma kitnet no interior de São Paulo, onde estabeleceu residência com sua companheira.

Diante do recente falecimento de Ludmilla, que apenas deixou o imóvel em que residia, Anitta fará jus:

- a) a um sétimo do apartamento;
- b) à meação e a um quarto do imóvel;
- c) à meação do bem e ao direito real de habitação sobre o referido bem;
- d) a um quarto do imóvel e da garantia do direito real de habitação sobre este;
- e) à meação, a mais um quarto do imóvel e ao direito de habitação sobre bem.

43. Um grupo de protetores dos animais decide fundar uma pessoa jurídica cujo objetivo é o resgate de animais em condições de maus tratos. Não pretendem usufruir economicamente da atividade empresarial, mas desejam, de toda forma, participar ativamente da administração da entidade.

Diante desse quadro, deve-se indicar ao grupo a constituição de:

- a) associação;
- b) partido político;
- c) sociedade empresária;
- d) sociedade de propósito específico;
- e) organização religiosa.

44. A associação Morro Vermelho, constituída por moradores do loteamento de mesmo nome, decide, por meio de assembleia, colocar em funcionamento uma cantina no centro do loteamento, ao lado da área de lazer comum, objetivando, assim melhorar seu caixa com o lucro da atividade.

Essa deliberação é considerada:

- a) válida, pois o lucro será destinado à associação;
- b) nula, pois a associação não pode ter fins econômicos;
- c) ineficaz quanto aos associados, uma vez que não receberão os lucros;
- d) ilícita, já que não faz parte do objeto social;
- e) legal, pois o lucro deverá ser partilhado entre os associados.

45. Acerca da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, analise as afirmativas a seguir.

I - A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

II - Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada pela transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações.

III - Na falência da sociedade empresária, a desconsideração não poderá ser decretada antes do encerramento da arrecadação e ficará restrita às pessoas naturais que exerciam a administração ao tempo da decretação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

46. Eduardo e Mônica são os pais de Lucas, de 16 anos. Por passar de primeira no vestibular do ITA ainda no segundo ano do ensino médio, os pais lhe deram uma viagem de um mês ao exterior. Contudo, em razão da idade, Lucas não poderia praticar alguns atos jurídicos vinculados sem a assistência de um ou ambos os seus pais. Para solucionar juridicamente a situação, apresenta-se como adequado buscar:

- a) transferir a representação legal para algum acompanhante;
- b) uma emancipação consensual através de instrumento público;
- c) uma decisão judicial que constitua a emancipação do menor;
- d) uma homologação judicial de acordo entre os genitores quanto à emancipação do menor;
- e) a constituição de um tutor apto a assistir o menor nos atos jurídicos necessários.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Rodrigo Vaslin**

47. De acordo com o Código de Processo Civil, é certo dizer sobre o protesto da sentença condenatória:

- a) pode ser efetivado em qualquer hipótese, independentemente do transcurso do prazo para o pagamento depois da intimação do devedor.
- b) só pode ser realizado depois de transcorridos 5 (cinco) dias da intimação do devedor.
- c) exige que a condenação seja para pagar quantia e o devedor não tenha realizado o pagamento nos 15 (quinze) dias subsequentes à sua intimação.
- d) A requerimento do exequente, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.
- e) nenhuma das anteriores.

48. Sobre a confissão, analise os itens a seguir:

- I. Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário.
- II. De acordo com previsão expressa do CPC, no caso de litisconsórcio, a confissão judicial de um litisconsorte não prejudica os demais. Essa regra, contudo, só se aplica aos casos de litisconsórcio simples.
- III. Pode ser revogada.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) III
- c) I e III
- d) I
- e) I e II

49. Acerca dos negócios jurídicos processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- b) O juiz controlará a validade das convenções relativas aos negócios jurídicos processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- c) O calendário processual será fixado de comum acordo entre as partes, independentemente da concordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, inclusive no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência.
- d) Não se pode dizer que o negócio jurídico processual é uma novidade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, já que o antigo diploma já previa diversos dispositivos que o consagravam.
- e) A validade do negócio jurídico processual requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

50. Sobre a consignação em pagamento realizada extrajudicialmente, marque a alternativa incorreta:

- a) A obrigação a ser consignada deve ser de pagar quantia certa.
- b) O depósito deve ser feito no lugar do domicílio do credor.
- c) O depósito deve ser feito em estabelecimento bancário oficial ou, não havendo, em estabelecimento bancário particular.
- d) O credor será cientificado, por carta com aviso de recebimento, pelo que terá o prazo de 10 dias para a manifestação de recusa.
- e) Com o depósito, cessa a mora do devedor, não incidindo mais juros e correção de sua dívida

51. Assinale a alternativa correta:

- a) O Estado possui responsabilidade civil objetiva, mas subsidiária, pelos danos causados por notários e registradores.
- b) É possível a intervenção de terceiros em procedimento de dúvida.
- c) Em procedimento de dúvida, não cabe recurso extraordinário, mas é cabível recurso especial caso a decisão recorrida contrarie lei federal ou lhe negue vigência.
- d) A demarcação e a divisão poderão ser realizadas por escritura pública, ainda que os interessados não sejam maiores, capazes e concordes.
- e) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença, mesmo antes do trânsito em julgado, perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

52. De acordo com as disposições do Código Civil de 2002, o registro é instituto complementar do Direito de Empresa. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Não há óbices para que seja levado a registro e arquivamento o contrato social de sociedade empresária que disponha sobre a possibilidade de alienação do nome empresarial, independentemente da previsão de regramento quanto à possibilidade de utilização do nome empresarial pelo adquirente do estabelecimento em caso de trespasse.
- b) O ato sujeito a registro não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, ante a inexistência do arquivamento e do efeito de publicidade exigido em lei, não se admitindo exceções.
- c) As sociedades constituídas para o exercício de profissional intelectual, de natureza científica, vinculam-se ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

- d) As pessoas obrigadas a requerer o registro não responderão por perdas e danos em caso de omissão ou demora, ante a natureza iminentemente declaratória do registro empresarial, o que faz com que a situação pretérita ao arquivamento seja reconhecida pelo Direito, nas condições da lei.
- e) As cooperativas poderão ser empresariais ou simples, e, na primeira hipótese, estarão sujeitas ao registro empresarial.

53. Em relação à caracterização, inscrição e capacidade do empresário, dispõe o Código Civil:

- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, no prazo máximo de até 30 dias após o início de suas atividades, sendo que eventuais alterações, serão averbadas à margem da inscrição, no prazo máximo de 15 dias de sua ocorrência.
- b) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes, cuja aprovação não exime o representante ou assistente do menor ou do interdito da responsabilidade pelos atos dos gerentes nomeados.
- c) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, ao pequeno empresário e ao titular da EIRELI, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes, desde que o faturamento anual não seja superior a R\$ 81.000,00.
- d) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação total, e, a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem a qualquer tempo, ser opostos a terceiros.
- e) O empresário casado não pode sem a outorga conjugal, salvo se no regime da separação total de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

**54.** Em relação à EIRELI – Empresa individual de Responsabilidade Limitada, dispõe a Lei nº 12.441/11:

- a) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade, salvo se anteriormente já possuía registro como empresário individual.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, a ser integralizado no prazo máximo de doze meses, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- c) É vedada a atribuição à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- e) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma social da empresa individual de responsabilidade limitada, vedada a utilização de denominação, aplicando-se a mesma no que couber, as regras previstas para as sociedades empresárias.

**55.** Em relação à escrituração empresarial, é correto afirmar:

- a) O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.
- b) O juiz poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver quaisquer pendências judiciais, mediante requerimento fundamentado da parte adversa cuja recusa tipifica crime de desobediência e de responsabilidade fiscal.

c) Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica, ficando dispensado em tal circunstância o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

d) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, salvo se devidamente ressalvadas, sendo vedado o uso de código de números ou de abreviaturas.

e) A escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista, administrador ou economista legalmente habilitado, podendo ser substituído por sócio que apresente uma das referidas qualificações, sendo lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, podendo ser assinado por bacharel em Ciências Contábeis legalmente habilitado, ficando dispensada, nesse caso, a anuência do empresário ou sociedade empresária.

**56.** A respeito do registro de empresários e de sociedades, assinale a opção correta.

- a) As sociedades simples devem ser inscritas no registro público de empresas mercantis, ainda que não exerçam atividade econômica organizada.
- b) Os empresários devem ser inscritos no registro público de empresas mercantis em razão da natureza meramente intelectual inerente à sua atividade.
- c) As sociedades simples devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas quando exercerem atividades profissionais e intelectuais.
- d) Os empresários devem ser inscritos no registro civil de pessoas jurídicas, haja vista que exercem atividade econômica organizada.
- e) As sociedades empresárias devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas, tendo em vista o exercício de atividade econômica organizada.



57. Em relação à sociedade em comum, dispõe o Código Civil:

- a) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, respeitado o benefício de ordem, quando for o caso, aquele que contratou pela sociedade, possuindo ou não, poderes específicos de gestão.
- b) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se a sociedade, inclusive por ações em organização, pelo disposto em lei, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade empresária.
- c) Os bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- d) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- e) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, independente de pacto expreso limitativo de poderes, aproveitando a quem com a sociedade contratou, mediante comprovação de dolo ou culpa.

58. Em relação aos institutos da recuperação judicial e extrajudicial das empresas, dispõe a Lei Falimentar:

- a) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.
- b) No procedimento da recuperação judicial, havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação, cuja data não excederá 120 (cento e vinte) dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial, o qual será aprovado pelo comitê de credores.
- c) Deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição

de seus membros, não podendo o devedor desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação por unanimidade do Comitê de Credores.

- d) O plano de recuperação extrajudicial não poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas nem tratamento desfavorável aos credores que a ele não estejam sujeitos, e, após a distribuição do pedido de homologação, os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo se ainda não publicado o edital de convocação de todos os credores do devedor, para apresentação de suas impugnações ao plano de recuperação extrajudicial.
- e) Na recuperação extrajudicial, no prazo do edital, deverá o devedor comprovar o envio de carta a todos os credores sujeitos ao plano, que terão prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do edital de convocação dos credores do devedor, para impugnar o plano, juntando a prova de seu crédito, cuja impugnação, uma vez apresentada, será aberto prazo de 5 (cinco) dias para que o devedor sobre ela se manifeste.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

59. Marcelo emitiu uma nota promissória se comprometendo a pagar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor de Joana no dia 10/10/2018, mas nunca pagou. Em 2019, Joana levou o título a protesto no tabelionato de protesto, incluindo o SERASA essa informação em seus bancos de dados. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição de seu nome em cadastros de proteção ao crédito dá ensejo à reparação de danos morais quando oriunda de informações contidas em assentamentos provenientes de serviços notariais e de registros.
- b) Havendo regular inscrição do nome do devedor em cadastro de órgão de proteção ao crédito, após o integral pagamento da dívida, incumbe ao órgão mantenedor do cadastro requerer a exclusão do registro desabonador, no prazo de cinco dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à

- completa disponibilização do numerário necessário à quitação do débito vencido.
- c) Segundo posição jurisprudencial, a inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da ação de cobrança.
- d) As entidades mantenedoras de cadastros de proteção ao crédito não devem incluir em sua base de dados informações coletadas dos cartórios de protestos sem a informação do prazo de vencimento da dívida, sendo responsáveis pelo controle dos limites temporais estabelecidos no art. 43 do Código de Defesa do Consumidor.
- e) Há jurisprudência consolidada no sentido de que, da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, nem tampouco direito ao cancelamento, quando preexistente legítima inscrição.
- 60.** Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre a proteção contratual aos consumidores, assinale a afirmativa correta:
- a) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se ineficazes as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- b) A declaração de nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, salvo quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- c) Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao fornecedor.
- d) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que igual direito seja conferido ao consumidor.

- e) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, não ensejando, porém, execução específica.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Ricardo Torques**

- 61.** Abel, Bianca e Caio, com 14, 10 e 8 anos respectivamente, são filhos do casal João e Maria. João abusa sexualmente dos três filhos habitualmente com o consentimento de Maria. Na escola de ensino fundamental dos menores, um dos professores, Dário, percebe algo estranho com o comportamento dos menores e informa o fato ao diretor, Eduardo. O diretor realiza uma entrevista reservada com Abel o qual informa a situação familiar. Eduardo não informa o fato às autoridades pois teme a ocorrência de um escândalo. Dário, o professor, inconformado com a situação, vai diretamente ao Ministério Público e informa suas suspeitas. Após a devida investigação e confirmação do fato, o Promotor da Infância e Juventude promove ação de destituição do poder familiar dos pais em face de João e Maria. A avó materna das crianças, Natália, residente em município próximo ao das crianças, tomando conhecimento da situação, postula nos autos o cuidado dos menores. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:
- a) Os menores devem ser encaminhados para colocação em família substituta. A equipe interprofissional da Justiça da Infância e Juventude deve ouvir os menores para colher suas opiniões caso seja possível, mas não é necessário o consentimento de nenhum dos filhos para a realização do ato.
- b) A autoridade judiciária pode decretar a perda do poder familiar em caráter liminar ou incidental, confiando os menores a pessoa idônea mediante termo de responsabilidade até o julgamento definitivo da causa.
- c) A conduta de Eduardo de não informar às autoridades competentes o fato constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, não há previsão de que esta conduta configure crime.

- d) A depender da situação concreta, os menores podem ser submetidos a adoção em que figure como adotante Natália, priorizando-se a manutenção na família natural ou extensa.
- e) Caso os menores sejam postos sob a guarda de Natália, eles situações lhes confere a situação de dependentes para todas as finalidades, exceto previdenciária.

**62.** Rodrigo, adolescente de 17 anos, foi flagrado vendendo drogas a seus colegas de escola. Submetido a procedimento para aplicação de medida socioeducativa, o adolescente confessou de pronto o ato, motivo pelo qual o magistrado dispensou a realização de laudos periciais sobre a natureza da substância e outras provas e prosseguiu ao julgamento imediato. Na sentença, o Juiz, fundamentado na gravidade do ato, determinou a aplicação da medida de internação. Ao ser submetido à medida, o diretor do estabelecimento de cumprimento da medida verifica que Rodrigo já completou 18 anos mas, ainda assim, admite a internação. Considerando o interesse de Rodrigo, a equipe técnica do estabelecimento admite a realização de atividade externa, mas não admite a realização de visitas, considerando a possibilidade de que os visitantes tragam drogas a Rodrigo. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz agiu corretamente ao dispensar a realização de outras provas considerando a confissão de Rodrigo.
- b) Em razão da gravidade do infracional, não há nulidade na aplicação da medida de internação.
- c) O diretor do estabelecimento não agiu corretamente ao admitir a internação, uma vez que é vedada a aplicação de medida socioeducativa a quem não mais seja adolescente.
- d) A equipe técnica não agiu corretamente ao admitir a realização de atividade externa já que a internação é uma medida privativa de liberdade.
- e) A equipe técnica não agiu corretamente ao não admitir a realização de visitas, que é uma medida privativa da autoridade judicial.

## DIREITO PENAL

**Michael Procópio**

**63.** Genivaldo foi pego pela polícia, após notícia de falsificar o sinal público de tabelião, para fins de falso reconhecimento de firma. Ele não trabalha no serviço extrajudicial nem é titular de nenhuma unidade.

Ele incorrerá no crime de:

- a) Falso reconhecimento de firma ou letra, na forma tentada.
- b) Falsificação do selo ou sinal público.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsificação de documento particular.
- e) Falso reconhecimento de firma ou letra, na forma consumada.

**64.** Assinale a alternativa correta sobre as alterações da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

- a) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estricto cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da Fazenda Pública e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.
- c) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- d) O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que, deste outros requisitos, esteja comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena; não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto.

e) O estelionato é de ação penal pública condicionada à representação, salvo se a vítima for a Administração Pública, direta ou indireta; criança ou adolescente; pessoa com deficiência mental; maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.

65. Julgue os itens a seguir:

I – João, de vinte anos de idade, com a intenção de ferir Ronaldo, seu inimigo, agrediu-o com socos no abdome, lesionando-o significativamente. Durante a agressão, João decidiu matar Ronaldo; com o emprego de um taco de madeira, ele golpeou a cabeça de Bernardo, que, em virtude dos ferimentos provocados por esse instrumento, veio a óbito ainda no local do fato. João deve responder por homicídio, em concurso com o crime de lesão corporal.

II- Pedro foi preso em flagrante, após ter praticado o crime de roubo, tendo sido encontrado correndo com a bolsa da vítima em mãos. Pedro foi conduzido à delegacia e interrogado. Quanto ao crime de roubo, admitiu a subtração do bem, mas disse não ter empregado violência ou grave ameaça contra a vítima. Manteve a mesma versão em juízo. Assim, considerando que a confissão de furto não deve ser levada em conta para o crime de roubo, não incide a atenuante no caso.

III - Sófocles, de vinte anos de idade, foi abordado por policiais militares e identificou-se como Pedro Ferreira, em virtude de ter contra si mandados de prisão. Desconfiados da identidade, os policiais o conduziram à delegacia, quando foi descoberto o seu verdadeiro nome. Apesar da alegação de autodefesa, ele responderá pelo crime de falsa identidade.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

66. Johann viajou da Holanda para o Brasil. Trouxe consigo um medicamento para a epilepsia do filho, cujo componente, não liberado no Brasil, está listado em portaria como substância entorpecente. Foi conduzido à delegacia por tráfico internacional de drogas. Perante o delegado, disse que, apesar de saber que não poderia trazer drogas para o Brasil, imaginou que sua conduta não configuraria o crime, já que se tratava de um medicamento.

Pablo viajou da Bahia para São Paulo, de ônibus. Encontraram cocaína na sua bagagem. Disse que seu irmão havia enviado um presente para uma paquera, uma moça paulista, e acreditou se tratar de chocolates, não tendo aberto a lata.

Assinale a alternativa correta, considerando correta a narrativa de cada um deles:

- a) Johann deve responder com pena diminuída, enquanto Pablo só pode responder por culpa, já que incorreu em erro de proibição.
- b) Johann agiu em erro de tipo permissivo, enquanto Pablo só responde por culpa se houver previsão de modalidade culposa do delito.
- c) Johann responderia, no caso de quebra do dever de cuidado, apenas por culpa, se houvesse a modalidade do delito. Pablo deve responder pelo crime apenas se o erro for considerável evitável, com diminuição de pena de um sexto a um terço.
- d) Johann só poderia responder, se o erro for evitável, com a pena diminuída, de um sexto a um terço, enquanto Pablo só poderia responder por culpa, no caso de existência da modalidade do delito.
- e) Johann agiu em erro de tipo, enquanto Pablo incorreu em erro que afasta a sua culpabilidade.

67. Assinale a alternativa incorreta, conforme os entendimentos consolidados do STJ:

- a) O crime de extorsão se consuma com a obtenção de vantagem indevida.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- e) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

68. A respeito da ação penal e da ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa correta.

- a) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou sob embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior.
- b) Havendo concordância da vítima, o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- c) O perdão processual ou extraprocessual concedido a um dos querelados aproveitará a todos.
- d) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo criminal, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- e) O perdão concedido aos acusados produz efeitos mesmo àquele que o recusar.

69. No tocante à competência jurisdicional, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) Poderá determinar a competência jurisdicional o lugar da infração, o domicílio ou residência do réu, a conexão, a continência, a natureza da infração e a pena máxima cominada ao delito.
- d) Há conflito de competência ainda que já exista sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.
- e) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, desde que posterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

70. A respeito das provas cabíveis no âmbito do processo penal, aponte a assertiva correta.

- a) O exame de corpo de delito e outras perícias serão obrigatoriamente realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- b) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- c) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- d) Não se deferirá o compromisso de dizer a verdade aos doentes e deficientes mentais, aos menores de 14 (quatorze) anos, ao ascendente ou descendente e ao cônjuge ou amigo íntimo do acusado.

e) Poderão se recusar a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, ainda quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

**71.** Indique a assertiva correta considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) Os atos que tenham algum vício ou imperfeição não poderão ser renovados ou retificados.
- b) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, desde que não o faça para o único fim de argui-la.
- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito. Nos demais casos, deve haver autorização judicial, sob pena de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.
- d) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- e) Configura nulidade absoluta a omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

**72.** A respeito do Direito Processual Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Consideram-se fontes materiais do direito processual penal a lei, os costumes e a jurisprudência.
- b) O Brasil adota o sistema inquisitório na repressão das infrações penais.
- c) Dentre os princípios fundamentais aplicáveis ao direito processual penal, estão o da presunção de inocência, do juiz natural e da intervenção mínima.
- d) É cabível a interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual penal.

e) São fontes materiais do direito processual penal os costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

**73.** O Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Itajaí por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição do Estado. A respeito do fato narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

**74.** O Município de Blumenau possui 352.460 habitantes. Considerando o disposto na Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município fixará a quantidade de vereadores, observado o limite

- a) mínimo de 11 vereadores.
- b) máximo de 15 vereadores.
- c) de 17 vereadores.
- d) mínimo de 21 vereadores
- e) máximo de 23 vereadores.

75. A respeito dos subsídios do Governador, do Prefeito, dos deputados estaduais e dos vereadores, indique a única assertiva correta.

- a) O subsídio do Governador será fixado pela Assembleia Legislativa, por decreto legislativo, e não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) O subsídio dos Deputados Estaduais, fixado em lei, não pode exceder setenta e cinco por cento do subsídio, em espécie, dos Deputados Federais.
- c) O subsídio do Prefeito será fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o limite de setenta e cinco por cento do valor de subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado.
- d) Considerando que o Município de São Paulo tem 12 milhões e duzentos mil habitantes, conforme estabelecido pela Constituição Federal, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- e) Conforme disposto na Constituição Federal, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de sete por cento da receita do Município.

76. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.

d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.

e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

77. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

78. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

**79.** A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da Advocacia -Geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

**80.** Considere

I. O mandado de injunção tem por objetivo sanar a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

II. Em relação ao mandado de injunção intentado para sanar omissão legislativa referente ao direito de greve do servidor público, o STF adotou a teoria concretista geral, determinando a aplicação da lei de greve da iniciativa privada no que for cabível enquanto não for criada a lei pertinente.

III. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há menos de 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

IV. A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

Segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e IV.

e) I, II, III e IV.



**81.** Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- e) Os juízes possuem a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

**82.** A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.
- b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.
- c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.
- d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.

e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Wagner Damazio**

**83.** A respeito dos poderes da Administração Pública, considere as seguintes assertivas:

- I. A discricionariedade é característica presente em todos os atos no exercício do poder de polícia.
- II. Quando a lei define todos os aspectos de atuação da Administração Pública para a prática de determinado ato, atribuindo grau mínimo de liberdade ao agente competente, está-se diante do poder vinculado.
- III. O poder hierárquico confere à Administração Pública o poder de apurar e punir internamente as infrações cometidas pelos agentes administrativos.

Estão corretos o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) I e III

**84.** Acerca dos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Exigibilidade é o atributo do ato administrativo que é capaz de vincular terceiros a deveres jurídicos em função do poder extroverso.
- b) A executoriedade confere ao poder público a possibilidade de valer-se de meios indiretos de coação para executar o ato desrespeitado.
- c) A presunção de legitimidade depende de norma legal expressa.

- d) O atributo da imperatividade, presente em qualquer ato administrativo, concede à Administração Pública imposição de obrigações ao particular, independentemente de sua vontade.
- e) A tipicidade exige que o ato administrativo corresponda a um tipo legal previamente definido.

**85.** João, chefe de uma repartição pública municipal, removeu o servidor José para localidade periférica de difícil acesso com a intenção de puni-lo. José cometeu uma infração administrativa, mas a penalidade prevista em lei para a conduta é a advertência. No caso narrado, a remoção, por não ser ato de categoria punitiva, apresenta vício quanto ao elemento:

- a) finalidade.
- b) executoriedade.
- c) eficiência.
- d) forma.
- e) competência.

**86.** Quanto às entidades do terceiro setor conhecidas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), assinale a alternativa correta.

- a) Sua vinculação ao Estado se faz por meio da celebração de um contrato de gestão.
- b) Podem ser contratadas por dispensa de licitação pela Administração Pública.
- c) São admitidas as cessões de bens públicos e de servidores públicos para as OSCIPs.
- d) As normas de licitações públicas devem ser seguidas integralmente pelas OSCIPs.
- e) As OSCIPs podem propor ações junto aos Juizados Especiais Cíveis.

**87.** O artigo 241 da Constituição da República autoriza a existência de consórcios públicos entre os entes federados para a gestão associada de serviços públicos. Sobre isso, e utilizando como parâmetro a Lei Federal nº 11.107/05, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez celebrado, o consórcio público somente poderá ter personalidade jurídica de direito público.
- b) O pessoal contratado pelos consórcios públicos deve ser selecionado por meio de concurso público e estará vinculado ao Estado por meio do regime jurídico estatutário.
- c) A assinatura do protocolo de intenções é suficiente para a criação do consórcio público enquanto entidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria.
- d) O protocolo de intenções deve prever a existência de uma assembleia geral como instância máxima do consórcio a ser criado.
- e) Após realizar uma licitação, o contrato a ser firmado poderá ter como parte contratante apenas o consórcio, e não as entidades públicas consorciadas.

**88.** Sobre o controle judicial da Administração Pública, julgue as seguintes assertivas sobre as ações judiciais mencionadas:

- I – O procedimento do *habeas data* exemplifica o que se conhece como instância administrativa de curso forçado.
- II – A Defensoria Pública tem legitimidade para ingressar com mandado de injunção coletivo para os casos em que a falta total ou parcial de norma regulamentadora afronte a promoção dos direitos humanos.
- III – A ação civil pública poderá ter como objeto pretensão que envolva contribuições previdenciárias, tendo em vista a importância do sistema de seguridade social na Constituição da República.
- IV – O mandado de segurança não admite a interposição de embargos infringentes, mas comporta condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

**89.** A desapropriação é uma modalidade supressiva de ingerência do Estado na propriedade privada. Acerca disso, assinale a alternativa correta:

- a) O ordenamento jurídico brasileiro admite a desapropriação por utilidade pública, mas não a admite por interesse relevante ligado à proteção do meio ambiente.
- b) A indenização por desapropriação será sempre prévia e paga em dinheiro.
- c) Concessionários de serviços públicos podem promover desapropriações, desde que haja autorização expressa do poder concedente.
- d) Propriedades que abriguem culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho infantil serão confiscadas e destinadas, obrigatoriamente, à reforma agrária.
- e) O ajuizamento da ação de desapropriação é suficiente para viabilizar a imissão na posse do ente público interessado na área.

**90.** Sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal autoriza a perda dos direitos públicos por parte daqueles condenados por ato de improbidade administrativa.
- b) O sucessor daquele que foi condenado por ato de improbidade que atentou contra princípios da administração pública sujeita-se às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança.
- c) É possível a celebração de acordos de não persecução cível nas ações de improbidade administrativa.
- d) A Lei de Improbidade não possui qualquer dispositivo penal, sendo que todos os seus artigos têm repercussão somente na esfera cível.
- e) A declaração de bens prevista na Lei de Improbidade é exigida somente na posse e no desligamento do agente público, sendo desnecessária sua apresentação anual.

**91.** Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, as contratações diretas podem se dar por meio de inexigibilidade de licitação ou por dispensa de licitação. Qual das alternativas abaixo elenca

corretamente caso previsto em lei como de licitação dispensável?

- a) Contratação de serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto com concessionário ou permissionário de serviço público.
- b) Contratação de associação de portadores de deficiência física por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, independentemente do preço praticado.
- c) Contratação de profissional de qualquer setor artístico.
- d) Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.
- e) Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior, sendo desnecessário o aceite das mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

**92.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

**93.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) Como regra geral, cabe à lei complementar instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição autorizou expressamente à lei ordinária essa incumbência.
- c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei complementar pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

**94.** Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IPI deve ser progressivo, variando em função da essencialidade do produto.
- b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) A cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural, ainda que não desempenhe atividade empresarial e o faça para uso próprio, não ofende a Constituição Federal.
- d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.
- e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

**95.** Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

**96.** Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

- c) São extraconcurrais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

### CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

**97.** Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto no final de dezembro de 2019 após casos registrados na China.

Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos.

A maioria das infecções por esse tipo de vírus resulta em doenças leves e moderadas, como resfriados comuns. Quase toda pessoa acaba infectada por algum tipo de coronavírus ao longo da vida.

O novo coronavírus

- I. Foi denominado de SARS-CoV-2 e a doença que ele causa foi denominada Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
- II. Disseminou-se rapidamente pelos países e continentes, infectando milhões de pessoas e causando dezenas de milhares de mortes, o que levou a OMS a declarar situação de pandemia global da doença causada por este novo vírus.
- III. Apareceu para o mundo na cidade chinesa de Wuhan, na província de Hubei, considerada como o marco zero da pandemia, mas o maior número de mortes até o momento ocorreu

nos Estados Unidos, na cidade de Nova Iorque e no estado do mesmo nome.

IV. Possui uma taxa de letalidade maior do que as variações mais antigas do vírus, a SARS-CoV e MERS-CoV.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- b) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- c) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.
- d) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

**98.** No ano de 2019, o Mercosul fechou dois acordos comerciais, com a União Europeia e com o (a)

- a) NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).
- b) EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio).
- c) APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico).
- d) SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).
- e) CAN (Comunidade Andina de Nações).

**99.** O Custo Brasil é um conceito que designa o conjunto de dificuldades de ordem econômica, burocrática, de infraestrutura e logísticas que encarecem os produtos brasileiros no mercado internacional, prejudicando as exportações e, assim, a economia do país. A respeito da matriz brasileira de transportes, assinale a alternativa correta:

- a) Todo modal de transporte possui as suas vantagens e desvantagens, o que significa que devem ser conciliados visando ao desenvolvimento econômico. O transporte rodoviário, por exemplo, é o mais indicado para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas.
- b) Apresentando amplo predomínio do transporte rodoviário, a matriz de transportes brasileira ainda é muito precária, semelhante à dos países da África subsaariana.

- c) Por mais que apresente sérios problemas estruturais, poder-se-iam resolver os problemas da matriz de transportes brasileira com a concessão de subsídios governamentais para os transportadores, a exemplo do que os países desenvolvidos fazem.
- d) As características físicas brasileiras, como a sua grande extensão e o relevo com muitos desníveis, impedem que se instale uma boa infraestrutura de transportes baseada na intermodalidade.
- e) A opção pelo transporte rodoviário em detrimento do transporte ferroviário no Brasil se justifica pelo fato de o transporte ferroviário gerar uma maior demanda de combustível em relação ao transporte rodoviário, tornando-se, assim, mais poluente.

**100.** Manchas de óleo apareceram em praias do litoral brasileiro a partir do final de agosto de 2019 e se espalharam rapidamente pela costa nos meses subsequentes. A respeito deste tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) As manchas atingiram praias de todos os estados do Nordeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
- b) Parte dos resíduos retirados das praias foram aproveitados por empresas fabricantes de cimento do Nordeste em seus processos produtivos.
- c) As investigações realizadas confirmaram que o petróleo era proveniente de campos exploratórios da Venezuela.
- d) O acidente ambiental causou impactos na atividade turística, na pesca, na fauna e na flora de regiões litorâneas dos estados atingidos.
- e) As primeiras ocorrências de óleo foram avistadas em Pernambuco, em volume e densidade preocupantes, segundo a Marinha do Brasil.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJSC-20-06-20>

## ***Conheça nosso sistema de questões!***

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*

